

# GEOGRAFIA POLÍTICA: PAPÉIS DO ESTADO-NAÇÃO E DA SOCIEDADE NA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL

Célia Maria Santos Medeiros<sup>1</sup>

## Introdução

Muitos foram os estudiosos que deram origem ao projeto político em geografia, os quais se utilizaram de conceitos e análises emprestados de várias correntes do pensamento. Entretanto, segundo Raffestin (1980, p. 12) e Costa (1992), foram nas obras de Ratzel que se formaram as bases da geografia política clássica, sendo a maior delas a *Geografia Política* de 1897.

Conforme Raffestin (1980), "a geografia política de Ratzel é uma geografia do Estado, pois veicula e subentende uma concepção totalitária, a de um Estado todo-poderoso. Involuntariamente, talvez, Ratzel fez a geografia do 'Estado totalitário', o adjetivo sendo aqui tomado no sentido daquilo que abraça uma totalidade e não no sentido político atual. Mas não nos enganemos com isso; se Ratzel ainda não conhecia o Estado totalitário, no sentido atual do termo, já fazia uma idéia dele e, de fato, por meio de sua geografia tornou visível o Estado em seu cenário espacial" (p. 16).

Entretanto, Costa (1992) afirma que, "a geografia política (ou geopolítica), enquanto *ideologia de Estado*, não deve ser interpretada como sendo um conhecimento gerado exclusivamente *pele* Estado, pois ele poderia estar sendo formulado em múltiplos espaços de pesquisa, aí incluídas as Universidades", e ao nosso entender também por outras instituições (p. 15).

Assim, a geografia política do século XX foi, em muitas análises, uma geografia de Estado, uma geografia unidimensional, que não enxergou no fato político mais do que uma expressão do Estado, tendo com frequência por objeto a sociedade nacional ou o Estado-nação e o indivíduo ou o ator social que o compõe. Por outro lado, estudiosos como Vallaux (1911),

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia - UNESP/Presidente Prudente, Doutoranda no Departamento de Geografia - FFLCH/USP. Endereço da autora: Rua Ângelo Sperini 149, Chácara do Macuco, CEP: 19053-530, Presidente Prudente, São Paulo. email: jocemed@stetnet.com.br.

Haushofer (1986), Raffestin (1993) perceberam em seus estudos outras óticas, entre elas a de que os Estados são constituídos de uma face transitória, pois a sociedade que o forma está em constante transformação, desta maneira, esse quadro se revela um intrincado e contraditório processo social.

O que se percebe, então, é que, ao mesmo tempo que a geografia política pode ter ficado, através da ótica de alguns autores à margem por fazer a análise e considerar uma só forma de organização - o Estado - ela tem, contudo, buscado mais recentemente abrir seu leque de análise ao lado de outras ciências sociais que levam em conta aspectos como o caráter particular de cada Estado: a problemática relacional, o caráter de simetria e assimetria nas relações entre as organizações sociais, entre outros.

Neste texto, ao tratar das mudanças econômicas, sociais e políticas em curso, e entendendo a ciência geográfica como a ciência do espaço através da qual apreendemos novas relações, iremos comparar diferentes enfoques teóricos baseados em geógrafos, sociólogos, economistas, que podem contribuir para novas perspectivas de análise dentro da geografia política.

Segundo Ianni (1994, p.70) "sociedade nacional sempre esteve desafiada também por relações externas, exteriores ou internacionais, de cunho social, econômicos, político, militar, geopolítico, cultural ou outro", processo ao qual, se não a totalidade, mas muitos cientistas sociais e intelectuais tem chamado de globalização.

Desta maneira, autores como Kennedy (1993) observam que as estruturas de base nacional e também as formas de pensamento pautadas nesta base, têm sido transformadas de muitas maneiras, isto é, como consequência das forças antagônicas entre essas relações, o Estado tem sido tomado de perplexidade.

"Para a maioria dos cidadãos seria extremamente perturbadora a idéia de que não somente as indústrias ou atividades, mas os próprios estados-nações tem se tornando anacrônicos.(.....) O estado-nação e a sua segurança são também potencialmente ameaçados pela nova divisão internacional da produção e do trabalho. A lógica do mercado global não presta atenção *onde* o produto é feito.(.....)A revolução financeira internacional cria seus desafios à suposta soberania do estado-nação.(.....) Embora muito diferentes em suas formas, são transnacionais por natureza estas várias tendências do crescente intercâmbio global, continuo vinte e quatro horas por dia: atravessando fronteiras por todo o globo, afetando sociedades distantes e lembrando-nos que a terra, a despeito de todas suas

divisões, é uma única unidade.(.....) Estas mudanças globais chamam atenção para o problema da utilidade do próprio estado-nação. O ator autônomo chave em assuntos políticos internacionais, nos últimos séculos, parece não só estar perdendo seu controle e integridade, mas revela-se a unidade imprópria para nomear novas circunstâncias. Quanto a alguns problemas, é muito grande para ser operado adequadamente; quanto a outros, é muito pequeno. Em consequência, há pressões para a realocação de autoridade, de cima para baixo, procurando estruturas que possam responder melhor às forças da mudanças de hoje e amanhã."( Kennedy, 1993, p.123,128,129,131).

Concordamos assim que os Estados e seus atores se deparam com uma realidade onde o capital financeiro internacional é que tem comandado as mudanças espaciais, desagregando a unidade nacional e trazendo consequências desastrosas para a sociedade, todavia de maneira surpreendente podemos notar reações e protestos de comunidades e grupos organizados que pressionam por mudanças.

Percebemos então, a dimensão do desafio que se coloca para a geografia e outras ciências sociais quando buscam analisar e apresentar propostas através da reflexão, que pudessem transformar este cenário do Estado e da sociedade nacional frente ao sistema financeiro global. Mas então, que rumos tomar? Que formas de análise eleger e que propostas apresentar?

#### *Propostas de novas relações Estado sociedade no atual contexto mundial*

Muitos teóricos e intelectuais tem tratado das mudanças e transformações econômicas, sociais e políticas que estão ocorrendo neste fim de século, compreendendo os limites deste artigo para analisar todos os enfoques que se tem dado, destacaremos neste texto as posturas e análises de Claus Offe, Luciano Martins e Gilberto Dupas apresentadas no seminário internacional Sociedade e a Reforma do Estado.

#### *Novo Poder - Mudanças políticas, econômicas e sociais*

Claus Offe (1998), propõe um novo poder, e aponta dentro das atuais trajetórias de mudanças três questões: de ordem política, de ordem econômica, e de ordem social.

Analisando as mudanças políticas globais ocorridas nos últimos 25 anos, observa a falência ou a desistência de se implementar regimes políticos autoritários dos mais variados tipos e da ampla tentativa de implementação

de democracias constitucionais liberais. Tentativas que aspiravam alcançar, as promessas da democracia tais como: os direitos de liberdade garantidas pela constituição mediando processos políticos e conflitos de interesses; a conquista de suposta "paz democrática" internacional; o progresso social, onde a democracia deveria promover melhores direitos sociais, e genericamente crescimento, prosperidade e justiça social, além da meta republicana de transformar sujeitos em cidadãos.

Entretanto, acredita ele que a democratização das sociedades, mais do que as promessas atreladas a ela é fruto da decomposição interna das formas de regimes autoritários e da falência deles em sustentar as funções do Estado, em confronto com os desafios domésticos e internacionais, levando assim a escolha pela democracia por falta de melhor alternativa, ou conforme *Offe, by default*. Dois tipos de agentes externos : a democracia liberal e suas organizações supranacionais e principalmente a preferência de investidores em operar sobre formas de governo que exigiam o mínimo de regulamentação jurídica e sustentado por elites políticas, também reforçaram a escolha pela democracia.

Contudo o que ele ressalta e com o qual concordamos é que, nesta transição democrática, há um certo desencantamento na medida em que não se tem conseguido implementar com eficiência para os cidadãos, as desejadas promessas de proteção aos direitos humanos e civis, com progresso econômico, justiça social, etc., e que quanto mais cresce o número de democracias, mais a qualidade delas parece diminuir, assim o regime democrático não tem representado a segurança automática de qualidade que são associadas a ele pelos protagonistas dessa transição, isso aliado ao enfraquecimento do Estado e sua capacidade para governar, tem sido a explicação para os desapontamentos com a experiência da transição democrática.

Com relação à trajetória da economia global ou globalização, ele aponta para as condições atuais das trocas internacionais intensificadas e de suas formas de conexão que afetam as comunidades que não conseguem controlar seus efeitos e conseqüências sobre a sociedade e a economia, tal fato ocorrendo mesmo nas nações melhor estruturadas politicamente. As fronteiras se tornam invisíveis e permeáveis, levando a diminuição daquilo que foi conquistado efetivamente pela coletividade, pois qualquer "movimento errado" pode provocar uma repercussão negativa na arena internacional.

Segundo *Offe*, a integração supranacional e a formação de governos transnacionais como: UE, ASEAN, NAFTA, MERCOSUL entre outros seria

a reação clássica contra a ameaça da perda de governabilidade. Mas, por outro lado ressalta a reação contrária, a esta perda de governabilidade dos Estados, através do retorno em se buscar diminuir as unidades subnacionais pois, a globalização leva a um aumento das vantagens competitivas locais e regionais, e que ao invés de compartilhar a renda com as mais amplas unidades do Estado, as quais eles pertencem, é sempre através da secessão e/ou separação da estrutura estatal ou através de formas de autonomia fiscal federativa de longo prazo.

A pós-modernidade, seria então a força que dirige, ao lado das outras, as mudanças culturais resumidas em homogeneização da cultura transnacional, por outro lado a redescoberta e reavivamento das tradições religiosas e estéticas, representando significados simbólicos da resistência contra a uniformidade da cultura global, gerando a política pós-modernista de identidade e diferença cultural, levando a perda do apelo da mobilização política através das idéias de liberdade, justiça e paz internacional. A noção de progresso está concebida agora, como a contínua rejeição do retorno às formas coletivas de sub-civilização bárbara e catastróficas.

Desta maneira, ele sugere uma inovação e novos contornos nas relações entre o Estado, a sociedade e as comunidades. As reformas institucionais são colocadas em termos de que as esferas devem ser governadas pelas autoridades políticas, pelo mercado e, dentro da sociedade civil por comunidades ou associações responsáveis e auto governadas, devendo-se evitar assim, repetir velhas práticas nas quais se davam a uma ou mais destas esferas o papel de guardiãs da ordem e da coesão social, todavia, é certo que nenhum destes três princípios de ordem social devem negar seu papel dentro de uma mistura complexa e composta de reordenações institucionais.

O Estado, o mercado e a comunidade, representam as formas ideais para as pessoas viverem e agirem de forma conjunta. A razão, o interesse e a paixão, são as três capacidades coletivas nas quais os seres humanos podem dar formas ao mundo social, acredita *Offe*. O Estado é visto como uma criação da razão, como os teóricos a conceberam no século XVII, definida por Weber como a capacidade dos indivíduos buscarem reconhecer o que é bom para todos, e ainda Hegel igualaria o Estado à razão. O mercado seria dirigido pelo interesse dos agentes humanos em adquirirem bens, contudo com a preocupação de quais conseqüências tais práticas podem trazer aos outros ou para o futuro comum. A paixão seria a noção de ordem social que pressupõe direitos e deveres ligados aos membros de uma sociedade, o cimento que faz a ligação desses membros( amor, honra, lealdade, orgulho).



derivam daí nossa identidade, nosso senso de pertencer, e o compromisso com um modelo ético que nos direcione.

Assim, revela Offe, essas teorias sociológicas dão as bases para a ordem social, mas o problema está em como se desenhar instituições apropriadas que mantenham distância dos extremos de soluções "puras", enquanto se evita fazer pouco uso de qualquer uma delas.. A questão então está em como ajustar as relações entre os três tipos de filosofia pública, para que façam um papel limitado mas variado, sem a hegemonia de nenhum deles.

O processo de combinação afinada, mas flexível dos componentes dessa ordem institucional é dirigida pelo "capital social"( Putman, 1993) disponível dentro da sociedade civil, o qual é citado, conforme as ciências sociais contemporâneas, como a fonte de energia que faz a democracia funcionar. Esse "capital social" entendido com a síndrome da disposição moral e cognitiva dos cidadãos que levará a aumentar a confiança nos cidadãos anônimos e autoridades políticas, e a praticar a arte de associações, contrastando a seu grupo estreito e específico, e a atenção dispensada a problemas e assuntos públicos.

Propõe assim, um novo poder onde uma estrutura governamental, justa e transparente, associada a prosperidade que mercados cuidadosamente regulados podem gerar, e a vida das comunidades sustentadas pelo princípio da tolerância, irão contribuir mais para a formação e acumulação do capital social na sociedade civil.

Sob um olhar geográfico o que nos atém é que as propostas são muito boas, entretanto nos perguntamos como estas capacidades coletivas levantadas por Offe estão sendo efetivadas no caso brasileiro, pois temos na sociedade brasileira diferentes "razões", "interesses" e "paixões", a razão das elites econômicas, políticas e sociais, são diferentes das massas trabalhadoras, os interesses idem e a paixão traduzida como valores éticos e morais são pouco percebidos na prática de todas nossas instituições! E o capital social citado acima, como se coloca em nossa realidade, ao pensarmos na desconfiança, insegurança e desalento com relação aos indivíduos entre si, assim como nas autoridades políticas? Que atenção a maioria dos "cidadãos" dá a problemas e assuntos públicos quando muitas vezes suas preocupações são mais "básicas"?

*Estado-nação - Liberalismo - Novo contrato social*

Martins (1998), trata a complexidade existente nas ciências humanas, e que se estende atualmente a todas áreas do conhecimento científico, tal como a definiu Edward Morin em "La Dêfi de la Complexité".

na qual incorpora a singularidade e a desordem como partes presentes do real e que estas vão gerar formas diversas e inusitadas de organização, e compara tal preocupação na abordagem de duas questões centrais: as mudanças pelas quais estamos passando neste fim de século e as dificuldades para entender suas dinâmicas.

Hoje, as relações entre a economia, a sociedade e instituições políticas se encontram, mais do que nunca desarticuladas. O Estado-nação enquanto realidade histórica, fundadora do Idade Moderna sempre serviu de base para as análises dos fenômenos sociais e instituições políticas. Era o Estado-nação o ator central nas interações econômicas no espaço internacional. Após a I Guerra Mundial, houve uma tentativa através da Liga das Nações de se adequar o mundo a nova realidade provocada pelo aumento das interações entre países, mas foi só após a II Guerra Mundial que se efetivou a criação de fori internacionais ( ONU e instituições geradas em Bretton Woods), ainda tendo como ator principal o Estado-nação, por seu caráter multilateral.

Martins ( op. cit.), aponta como causa do fracasso desse fórum decisório mundial, três fenômenos: a) o conflito maior decorrente da guerra fria; b) a proliferação de Estados-nação na esteira do processo de descolonização( a ONU fundada com 51 membros, hoje tem 185); c) a exclusão da sua arena decisória maior (Conselho de Segurança) dos dois vencidos na II Guerra e que se transformaram no pós-guerra em potências econômicas mundiais, e que tais fatores levem atualmente para o G-7( arena informal sem legitimidade) as decisões fundamentais no plano internacional.

Nesta conjuntura, o que ocorreu foi uma investida dos processos de internacionalização dos mercados e da produção, causados principalmente pela desarmonia entre as instituições políticas e realidades internacionais. Quando ainda havia uma ligação mais estreita entre as economias e os estados nacionais e a expansão interna e externa do capitalismo, era possível ao Estado conciliar um Estado democrático de direito com o Estado social, organizando e limitando as influências do capitalismo.

Segundo ele a globalização é vista como a evolução da internacionalização, fruto de novas formas de organização transnacional da produção e de seu novo modo de produzir amparado pela revolução tecnológica; desta maneira houve uma mudança nas peças do jogo, nos quais estavam postas as relações das economias nacionais, em cuja base estava o Estado-nação. Tal quadro favoreceu o avanço da globalização financeira sem que houvesse a simultaneidade na criação de instituições que pudessem de alguma maneira controlá-la, desta forma o Estado-nação, a

internacionalização e a globalização, constituem forças centrífugas e centripetas simultâneas, fazendo com que, as centralidades das decisões sejam transferidas a entidades privadas e levando contraditoriamente o Estado a adotar medidas políticas anti-sociais.

Afirma também que, no plano das ideologias, o neoliberalismo como ideologia de transição, não será capaz de propor uma nova ordem social pois, novas realidades surgem dentro das sociedades que lhe são contraditórias, e que esse ideário propositivo só nascerá com teorias de mudança social que considerem as mudanças ocorridas nas peças do jogo e que não sejam baseadas na antiga ordem.

Enquanto as teorias não se concretizam, pondera que cabe ao liberalismo ocupar esse vazio

*“de uma nova teoria de mudança social, porque a diversificação de ocupações e de inserção na economia, os novos atores da gestão empresarial, a incidência das mudanças tecnológicas na natureza do trabalho, etc. quebraram os fundamentos da estrutura de classes (as chamadas classes fundamentais), geradas pelo capitalismo em etapas anteriores”* (Martins, 1998).

Entretanto, aponta que essas transformações podem ter padronizado e massificado o consumo, mas os indivíduos não, e que ao contrário foram criadas novas formas de associativismo, que de certa maneira expressam consciência de cidadania, abrindo um leque reivindicações sociais e ao mesmo tempo desarticulam as tradicionais formas de agregação de interesses e de representação política. Cria-se assim um desafio nacional para as democracias representativas e as relações sociedade e Estado, acreditando assim que os estados nacionais não desaparecerão, mas a sua trajetória é de desacordo com relação aos centros de poder, pois são pequenos para lidar com grandes problemas (globalização), e grandes para lidar com pequenos problemas (suas sociedades) sendo necessário, dentro deste contexto, ousar ao falar em “novo contrato social” antes de serem redefinidas as identidades e papéis dos atores.

Mas a questão é: Que liberalismo é esse? A realidade nos mostra um desmantelamento do sistema produtivo e da economia baseada no mercado interno, além de haver provocado, da parte dos trabalhadores, a quase destruição das formas de organização, luta e participação política e do próprio emprego? Mudanças profundas foram provocadas pois, ao terceirizar serviços e/ou delega-los à iniciativa privada, houve a privatização dos direitos sociais, e mais, a sociedade civil se encontra despolitizada, empurrando milhões de pessoas para a mendicância e delinquência, as quais

em outras condições poderiam estar buscando conquistar direitos sociais, culturais, políticos e econômicos? E ao nos aprofundarmos mais podemos ainda acrescentar a ameaça de ascensão do neofascismo na Europa e alhures.

Desta forma, ainda que outras correntes de pensamento afirmem ser inevitável a adoção de políticas liberais e assim como seria inevitável deter o avanço da globalização, é imprescindível também em nosso ponto de vista, a adoção de medidas que pudessem regular e tentar amenizar os impactos sociais causados principalmente com o rumo tomado pelo capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial. Para tanto o debate sobre tais questões deveria envolver o maior número de instituições ao lado do setor público e da sociedade.

#### *Estado indutor-normativo-regulador e novo pacto social*

Dupas (1998), afirma também a necessidade de uma profunda revisão no papel do Estado moderno após o esgotamento das práticas Keynesianas. O debate se pauta entre a idéia de um “Estado mínimo”, que não crie obstáculos ao mercado e um “Estado forte”, que atue no mundo globalizado minimizando os conflitos, principalmente o de exclusão social.

Critica aqueles que anunciaram o fim do Welfare State, pois diversos dados analisados indicam que os gastos dos estados nacionais de todo o mundo continuam crescendo e conseqüentemente tem se endividado para pagar gastos com as transferências de subsídios, embora os investimentos públicos tenham sido os únicos que tiveram uma diminuição.

O discurso liberalizante, segundo Dupas teve origem com o fim da ideologia Keynesiana, e após a crise do petróleo nos anos 70, fase em que o Estado harmonizava a propriedade dos meios de produção e a gestão democrática da economia, e que tal fator permitia a formação das bases para um compromisso de classe e seus representantes, promovendo serviços sociais e com a crise das políticas de administração de demanda, ou seja quando há pouco dinheiro, não se pode resolver com política o problema entre a produção corrente e a produção potencial, se instalando a inflação e uma taxa de crescimento econômico baixo; e o princípio da substituição das políticas de demanda pelas de oferta, surgindo a redistribuição de renda a favor dos lucros, deixando com a sociedade o custo, para obter taxas de investimento mais altas.

Dupas propõe então o Estado indutor-normativo-regulador e a urgência de um novo pacto social, pois os estados nacionais se encontram pressionados por duas frentes: 1ª - relacionada a conclusão da gigantesca

transformação das infra-estruturas nacionais, deslocando seu comando para o setor privado, que acredita, ter mais condições de aumentar a eficiência operacional das ex-estatais, e também através de agências reguladoras que sejam representadas pela sociedade civil, consumidores e membros do governo agindo como mini-laboratórios de pactos sociais, permitiriam que as vantagens desse novo comando cheguem ao consumidor. A 2ª frente seria que, com o crescimento da percepção da sociedade, de que o modelo global de produção tem provocado uma exclusão social mais acentuada, há pressão para que os Estados nacionais retomem as políticas públicas na área social. Enfatiza ainda a necessidade de um novo e original acordo entre governos e sociedades para que houvesse uma superação e avanço do quadro atual, e que se reabilitasse a capacidade de indução dos Estados, quanto a ética e legitimidade, ao mesmo tempo que se criariam estruturas eficazes, que receberiam íntimo apoio da sociedade civil para fiscalizar o cumprimento dos acordos e dos compromissos assumidos nos processos de regulação.

Nestas colocações são expostas certas contradições, já levantadas nesta análise, pois ao se dar a transferência do comando para o setor privado, muitas vezes não são consideradas as perdas que tais mudanças acarretarão ao trabalhador envolvendo não só a questão salarial, mas também de qualificação profissional, a manutenção deste trabalho, etc., por outro lado ficam claras as intenções das corporações mundiais que se limitam a melhorar a competitividade, remunerar seus acionistas e manter os empregos possíveis e com baixos custos em encargos sociais dentro da lógica de suas cadeias produtivas. Insistimos portanto na necessidade de um debate mais amplo sobre as reformas do Estado, e que a sociedade civil e suas instituições participem ativamente nele.

#### *Novas possibilidades de enfoques da Geografia Política e o contexto brasileiro*

Ao afirmarmos que a geografia humana tem por objeto o espaço, devemos ter em mente que esse conceito deve ser ampliado, pois seu objeto deve ser não só o espaço, "mas a prática e o conhecimento que os homens têm dessa realidade que chamamos de espaço, e que toda geografia humana, composta por uma infinidade de relações, é em todos os momentos uma geografia política....a dimensão política nunca está ausente pois é constituída de toda ação" como afirma Raffestin (1993, p.267), embora muitos geógrafos não assumam esta dimensão em suas análises.

Assim, ao refletirmos ou mesmo buscarmos enfoques teóricos metodológicos é imprescindível, levarmos em conta outras escalas, através das relações de poder que darão feições ao corpo social da qual somos membros, como por exemplo através das escalas regionais e locais, podemos avaliar o modo como as organizações e os agentes políticos tem, através de suas práticas, sejam elas institucionais ou não, arranjado as diversas forças político-territoriais de uma nação, onde muitas vezes as reivindicações tem passado do âmbito econômico para o cultural, para o político, juntamente com sua relação com a realidade.

Com as exposições e questões propostas neste artigo, temos a percepção que os teóricos e intelectuais citados nestas análises, entre eles também geógrafos apontam que os fenômenos da internacionalização, a multinacionalização e a mundialização, estão estreitamente relacionados com a degradação dos Estados-nação e de suas sociedades nas últimas décadas. Concordamos com Oliveira(1999), que tais movimentos são "expressões fenomênicas do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro centrado principalmente nas economias nacionais, para a sua constituição em economia mundial", e que tal processo criou novas bases para as relações entre o Estado, sociedade e as empresas, levando assim a uma nova dinâmica de alianças, onde as empresas se tornam organizações controladoras da economia.

Desta maneira, a economia capitalista ao se mundializar causou uma integração crescente através da interdependência, produzindo mudanças estruturais na produção, distribuição e consumo de bens e serviços, assim as atividades econômicas já não possuem mais uma ligação com sua localização territorial. A estratégia dessas empresas multinacionais é de se ligarem em redes que tanto podem atuarem em setores afins e complementares, quanto em setores diferentes. Assim, ocorre o aparente investimento em empresas "nacionais" quando de fato o mesmo é internacional. Torna-se assim, extremamente complexo discutirmos a reforma dos Estado-nação e o papel da sociedade no bojo desta estruturação econômica em nível mundial, quando as elites nacionais se articulam em nível mundial, como ocorre no caso brasileiro.

Constatamos também que a questão sobre o grau de exclusão social a que chegamos, em nível mundial, esteja atualmente no discurso de órgãos como o FMI, OMC, BIRD entre outros, e que a onda de protestos de trabalhadores, Organizações não governamentais, ecologistas, etc., assistidos durante recentes encontros destes órgãos nos mostram que uma articulação desses grupos é possível e necessária pois, este quadro de insatisfação pode



provocar a criação de bases de uma aliança de trabalhadores e outras organizações que se opõem a esta situação atual, mesmo que, por outro lado, essas alianças possam significar uma acentuação das diferenças nacionais ou regionais. De forma contraditória então, o colapso eminente do sistema com certeza levará a possibilidade de se construir novas alternativas. A questão é: Será ela melhor ou pior do que a atual?

Verificar assim que, as propostas e análises sobre a reestruturação econômica e a repercussão no papel do Estado-nação e da sociedade, surgem das mais variadas correntes de pensamento, sejam elas chamadas de novo poder, novo contrato social, novo pacto, nova aliança, enfim se percebe a inquietação nas ciências humanas e nesta reflexão geográfica, na busca de teorias e ações que visem apresentar soluções, mudanças ou talvez caminhos para compreender as novas ordenações da sociedade.

As teorias em geografia política, entretanto, não podem ser totalizantes e nem fragmentadas ou desprezadas, devendo através da dissuasão do conceito clássico de Estado, contribuir para que com suas teorias possam ser efetivadas, a capacidade de gestão interna do Estado em redes coesas, que possam gerir de forma apropriada seus recursos humanos, tecnológicos, econômicos, naturais, entre outros, combinando esses aspectos em um projeto de desenvolvimento, que dê forma de um poder político criativo reconhecido em um nível maior, não só pelas diretrizes econômicas escolhidas, mas principalmente pelas formas de encarar e levantar soluções para a crescente exclusão social de um lado e a concentração de renda de outro.

E acrescentamos que, essas discussões em torno das velozes e profundas transformações que estamos assistindo, não deixem de considerar o homem enquanto membro de uma coletividade e sua existência cotidiana, tendo o direito de conservar sua identidade e sua singularidade. Desta forma, assentimos que mudanças se fazem necessárias, pois é impossível ficarmos passivos diante deste quadro, e assim proporíamos aqui a retomada na Geografia, enquanto instituição, de um debate mais amplo com relação ao papel do Estado e da sociedade na reestruturação econômica mundial.

Através de uma discussão mais ampla os caminhos propostos poderiam minimizar os impactos sociais que a conjuntura atual apresenta e, tendo as ciências humanas em sua essência a complexidade de tratar com incertezas, mudanças, acasos, desordem, contradição e pluralidade tem encontrado neste tema vasto campo de estudo e de inquietação intelectual. É um desafio para todos a busca pela construção de uma nova estrutura.

## Bibliografia

- COSTA, Wanderley M. da. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre Território e Poder*. São Paulo, HUCITEC/Edusp, 1992.
- DUPAS, G. *A lógica econômica global e a revisão do Welfare State: A urgência de um novo Pacto*. Paper apresentado no Seminário internacional: Sociedade e Reforma do Estado. São Paulo, 1998. (inédito)
- IANNI, O. -in : *O novo mapa do mundo- Fim de século e globalização- Nação e Globalização*. São Paulo: HUCITEC-ANPUR. 1994.
- KENNEDY, P. *Preparing for the twenty-first century*. New York, Random House, 1993, p. 123, 128, 129 e 131.
- MARTINS, L. *Economia, Sociedade e Instituições Políticas: o desafio da rearticulação*. Paper apresentado no Seminário internacional: Sociedade e Reforma do Estado. São Paulo, 1998. (inédito)
- OFFE, C. *The present historical transition and some basic designs options for societal institutions*. Paper apresentado no Seminário internacional: Sociedade e Reforma do Estado de São Paulo, 1998. (inédito)
- OLIVEIRA, A.U. *Encarte Especial- AGB/SP - informa- no. 71*, 1999.
- PUTNAM, R. A. *Making democracy work*, Princeton, Princeton UP, 1993.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993
- VALLAUX, C. *Geografia social. El solo y el Estado*. Madrid, Daniel Jorro Ed., 1914. Ed. Original, *Géographie sociale. Le sol et l'État*. Paris, Encyclopédie Scientifique, 1911.